

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT06.008

CURSO LIVRE PARA PROMOVER O ENFRENTAMENTO AO PRECONCEITO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: FOMENTANDO O DEBATE SOBRE DIVERSIDADE E DESENVOLVENDO ASPECTOS INCLUSIVOS

FRANKLIN PAULINO LEAL

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - IFMS, franklin.leal@estudante.ifms.edu.br;

DEJAHYR LOPES JUNIOR

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Dejahyr.lopes@ifms.edu.br

RESUMO

Este artigo apresenta o produto educacional desenvolvido em formato de curso livre que foi desenvolvido a partir de uma pesquisa sobre diversidade e relações étnico-raciais na educação profissional e tecnológica, com o objetivo de promover o debate sobre preconceito e desenvolver aspectos da diversidade para os docentes. O curso tem duração de 4 semanas e é composto por quatro módulos, cada um com uma temática específica. O primeiro módulo apresenta a importância da diversidade e como ela pode ser percebida no ambiente escolar. O segundo módulo aborda o racismo e como ele se manifesta na escola. O terceiro módulo discute os preconceitos e como eles afetam o ambiente escolar, e o quarto módulo apresenta ações concretas para enfrentar questões de diversidade, racismo e preconceito. O curso utiliza referências teóricas importantes para a construção do conteúdo, como SILVA (1999), GUIMARÃES (2004), MOREIRA (2008), TAYLOR (2000), FREIRE (1987) e ARAÚJO (2008). A abordagem do conceito de transposição didática de Yves Chevallard (1991) é empregada como uma ferramenta para auxiliar os educadores na aquisição e na adaptação de conhecimentos pertinentes e estruturados, tornando-os aptos a serem utilizados de forma eficaz

no contexto da sala de aula. O público-alvo são professores de todas as áreas do conhecimento que desejam aprender mais sobre diversidade e enfrentar o racismo e o preconceito em sua sala de aula. O objetivo é que, ao final do curso, os professores estejam aptos a desenvolver ações concretas para enfrentar questões de diversidade, racismo e preconceito no ambiente escolar e criar um ambiente mais inclusivo e respeitoso para todos os alunos. Ao adquirir conhecimentos significativos, os docentes estão mais preparados para enfrentar os desafios da sala de aula e para criar um ambiente de aprendizagem mais eficaz e inclusivo, lidando com as diferenças culturais, étnicas e sociais presentes em suas turmas.

Palavras-chave: Curso Livre, Formação de Professores, Preconceito, Diversidade, IFMS.

INTRODUÇÃO

A trajetória educacional do Brasil é marcada por desafios persistentes relacionados à igualdade de oportunidades, especialmente para a população negra. Ao longo dos anos, temos observado uma situação de exclusão e desigualdade que afeta diretamente a formação educacional desse segmento da sociedade, resultando em dificuldades para que os indivíduos negros alcancem níveis de qualificação e progresso profissional equiparáveis aos indivíduos brancos.

Apesar das iniciativas educacionais terem buscado fomentar uma inclusão mais ampla e diminuir as discrepâncias, ainda enfrentamos diversos desafios que precisam ser vencidos. A insuficiência de acesso a uma educação de qualidade em muitas comunidades negras, a falta de recursos e infraestrutura adequados nas escolas, bem como a ausência de professores preparados para lidar com as dimensões culturais e étnico-raciais, são alguns dos fatores que perpetuam essa desigualdade educacional.

Essa desvantagem educacional vivenciada pela população negra se reflete diretamente no mercado de trabalho, onde as oportunidades de emprego e crescimento profissional frequentemente são restritas para esse grupo. A escassa presença de negros em posições de destaque e a discrepância salarial entre brancos e negros são reflexos da desigualdade estrutural que está enraizada na sociedade brasileira.

Para enfrentar esse cenário desafiador, é fundamental que as políticas educacionais do setor público sejam mais vigorosas e eficazes na promoção da igualdade. Medidas como a incorporação de conteúdos que abordem a história e a cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, a formação de educadores com foco em diversidade e inclusão, e a implementação de programas de acesso e permanência no ensino superior destinados a estudantes negros constituem passos cruciais para mitigar as discrepâncias educacionais.

Adicionalmente, é crucial que a sociedade como um todo se envolva na luta contra o racismo e os preconceitos, promovendo uma cultura de respeito e celebração da diversidade. Somente através de um esforço coletivo e contínuo é que conseguiremos efetuar mudanças na realidade educacional brasileira, proporcionando a todos, independentemente da sua origem étnica, as mesmas chances de progresso pessoal e profissional. A construção de uma sociedade mais equitativa e

justa demanda a superação de desafios históricos e a criação de bases sólidas para um futuro mais inclusivo e promissor.

Na conjuntura presente, a capacitação constante dos educadores desempenha um papel essencial na promoção de uma educação livre de racismo e na promoção de uma cultura que valorize a diversidade étnica e racial no âmbito da educação profissional e tecnológica. Os professores têm um papel significativo como agentes de mudança dentro do ambiente escolar, podendo atuar como facilitadores para a valorização da diversidade e a eliminação do preconceito racial nas salas de aula.

A trajetória pessoal e profissional dos educadores abrange diversas esferas que, ao longo do tempo, moldam a sua prática educacional. De acordo com ALVES (1998, p. 133), é crucial examinar a complexa rede de relações e tensões que se estabelecem entre essas várias dimensões: a formação acadêmica, a política estatal, a prática pedagógica do dia a dia, o engajamento político coletivo e as pesquisas no campo da educação. Esses elementos são essenciais para compreender a construção da formação dos professores.

Entretanto, é crucial destacar que essa formação não pode ser vista como um objetivo final em si mesma, nem como se fosse capaz, isoladamente, de abranger todas as situações, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para satisfazer e abraçar completamente um determinado preparo para o trabalho docente, ou ainda, válido para qualquer contexto histórico e social. A dinâmica dessa formação requer a compreensão de que “não se deve esperar que a formação inicial produza professores totalmente preparados”, mas sim enxergá-la como a primeira etapa de um longo e contínuo processo de desenvolvimento profissional (GARCIA, 1992, p. 55).

Seguindo a perspectiva das professoras portuguesas RODRIGUES & ESTEVES (1993, p. 41), a formação docente é um processo contínuo que vai além da formação inicial. É essencial que essa formação seja desenvolvida de maneira coesa e integrada ao longo da trajetória do professor, considerando as necessidades de formação identificadas tanto pelo educador como pelo sistema educacional. Tais demandas podem surgir das mudanças sociais e das próprias evoluções no sistema de ensino (Laderrière, 1981). Portanto, o objetivo não é alcançar uma formação inicial única e definitiva, mas sim um processo de formação em constante progresso e aperfeiçoamento.

Nessa perspectiva, a formação de professores é compreendida como um processo contínuo e integrado, representando uma educação permanente, tanto pessoal quanto profissional, com o propósito de aprimorar a prática docente. Nesse sentido, surge a denominação de “formação contínua de professores”, destacando a importância desse contínuo desenvolvimento profissional ao longo da carreira docente.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo apresentar um produto educacional que busque debater os desafios enfrentados pelos docentes em relação à promoção da igualdade racial na educação. Esse produto educacional consiste em um curso livre especialmente desenvolvido para a formação continuada de professores, fornecendo-lhes as ferramentas essenciais para a adoção de práticas pedagógicas inclusivas e voltadas para a promoção da diversidade étnico-racial.

O curso livre busca sensibilizar os docentes sobre a importância de reconhecer a diversidade étnico-racial presente na sala de aula e, ao mesmo tempo, capacitá-los a identificar e combater o preconceito racial. Além disso, o curso aborda estratégias para o fomento da equidade e da valorização da cultura afro-brasileira e indígena, contribuindo para uma educação mais inclusiva e respeitosa.

Dessa forma, o artigo enfatiza o papel essencial dos docentes na construção de um ambiente educacional mais igualitário e diversificado, onde estudantes de todas as origens étnico-raciais sintam-se representados e acolhidos. A formação continuada dos professores por meio do curso livre pode ser um caminho eficaz para a promoção da igualdade racial no âmbito educacional, contribuindo para a desconstrução de preconceitos e estereótipos arraigados em nossa sociedade.

Nas seções seguintes, serão detalhados os desafios enfrentados pelos professores em sua formação continuada para aplicar uma educação antirracista em sala de aula. Além disso, serão apresentados os elementos-chave do produto educacional, destacando como ele pode auxiliar os docentes em sua jornada para promover a diversidade étnico-racial e a igualdade em um ambiente educacional cada vez mais inclusivo e plural.

CENÁRIO EDUCACIONAL ATUAL E OS DESAFIOS

Nos últimos anos, o ensino fundamental público brasileiro registrou melhorias nos indicadores de aprendizado. Entretanto, é importante ressaltar que essa

evolução não foi uniforme para todos os alunos. Infelizmente, esse progresso veio acompanhado por um aumento das desigualdades entre alunos negros e brancos, com disparidades mais acentuadas em algumas regiões.

Com base nos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb (2019), a avaliação federal da educação básica, observa-se que, apesar de um leve avanço no desempenho geral dos estudantes, meninos e meninas negros enfrentam desvantagens ainda mais significativas.

Os dados consideram os resultados das avaliações de português e matemática realizadas pelos alunos ao final dos anos iniciais (1º ao 5º ano) e dos anos finais (6º ao 9º) do ensino fundamental, compreendendo o período entre 2007 e 2019, antes do surgimento da pandemia. Por exemplo, em matemática, os meninos brancos tinham, em 2007, uma vantagem de 9,1 pontos em relação às meninas negras (considerando quem se autodeclarou preta ou parda). Essa diferença aumentou para 13 pontos em 2017. No 9º ano, essa disparidade era de 21,3 pontos em 2007 e chegou a 23,4 em 2017, de acordo com os dados do estudo, que utilizou ponderações estatísticas nos resultados do Saeb para possibilitar comparações precisas.

Alunos pretos têm ficado ainda mais distantes em relação a brancos e pardos. Ao final do ensino fundamental, no 9º ano, a média dos meninos pretos estava 16,6 pontos abaixo das meninas pardas em 2007. Essa diferença aumentou para 20,5 pontos em 2017, e ao comparar com meninas brancas, a lacuna passou de 28 para 32,4 pontos.

Segundo o relatório final do Saeb 2023,

Os testes utilizados são elaborados com base nas Matrizes de Referência, as quais são construídas para a avaliação do Saeb, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e as propostas curriculares de todos os estados da Federação.” (Saeb, 2023, p.22)

As disparidades entre brancos e negros aumentam com o crescimento do nível socioeconômico do aluno e da escola, sendo mais pronunciadas na rede privada do que na pública. No entanto, essas diferenças diminuem à medida que o atraso educacional tanto do aluno quanto da escola aumenta, representando uma situação escolar menos favorável.

Os resultados obtidos refletem as desigualdades sociais e a discriminação presentes na sociedade. As políticas educacionais não podem se limitar apenas a

analisar as médias de desempenho, pois isso acaba deixando pessoas em desvantagem para trás. É fundamental que a sociedade busque políticas que foquem na equidade, no combate à distância entre os alunos que estão em piores condições em relação aos que estão em melhores condições.

As evidências apontam que escolas com alunos de maior vulnerabilidade socioeconômica e com maior predominância de alunos negros enfrentam deficiências pedagógicas mais significativas. Além disso, há indicações de que professores reforçam estereótipos raciais, o que acaba colocando os alunos negros em desvantagem.

É importante destacar que os achados desse artigo mostram parte dos problemas relacionados às desigualdades raciais na educação, mas não refletem todas as desigualdades que podem ocorrer entre os alunos de uma mesma escola, por exemplo. Além disso, é necessário considerar que o abandono e a evasão escolar também afetam de forma mais intensa as crianças e adolescentes negros.

O estudo ressalta a necessidade de enfrentar desafios para promover uma educação mais equitativa e inclusiva, combatendo desigualdades e discriminações no sistema educacional. A temática da diversidade étnico-racial e da igualdade de oportunidades é crucial para a construção de uma cultura inclusiva na educação profissional e tecnológica, tendo em vista seu papel fundamental na formação de profissionais e na inserção no mercado de trabalho.

Estudos demonstram que a diversidade étnico-racial é uma realidade inegável nas salas de aula da educação profissional e tecnológica. No entanto, apesar dessa diversidade, as práticas pedagógicas nem sempre são sensíveis às particularidades culturais e históricas dos estudantes pertencentes a grupos minoritários, especialmente negros e indígenas. A ausência de uma cultura inclusiva pode resultar em um ambiente pouco acolhedor e, por vezes, hostil para esses estudantes, impactando negativamente seu desempenho acadêmico e sua motivação para continuar os estudos.

Nesse contexto, a formação continuada dos docentes é um elemento-chave para a promoção de uma educação antirracista e para a construção de uma cultura de respeito e valorização da diversidade étnico-racial. No entanto, estudos apontam para desafios significativos enfrentados pelos professores nessa jornada.

Os docentes enfrentam desafios significativos relacionados à abordagem da diversidade étnico-racial em sala de aula. A falta de preparo durante sua formação inicial e a persistência de estereótipos e preconceitos na sociedade podem

dificultar a promoção de práticas pedagógicas inclusivas. Além disso, a necessidade de enfrentar resistências e conflitos no ambiente escolar ao introduzir discussões sobre diversidade étnico-racial requer habilidades de mediação e um comprometimento firme com a promoção da igualdade e da justiça social.

A formação continuada dos docentes torna-se essencial para capacitar os profissionais a lidarem de forma efetiva e sensível com essas questões, contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais acolhedor e valorizador da identidade de todos os estudantes. Entretanto, é imprescindível realizar uma análise crítica quanto à formação inicial dos docentes, especialmente no que se refere à necessidade de complementar essa formação com programas de formação continuada. A formação inicial dos professores pode fornecer uma base teórica e prática, mas a complexidade do ambiente educacional em constante mudança demanda uma atualização constante das habilidades e conhecimentos dos educadores.

DESENVOLVIMENTO DOS PROFESSORES

De acordo com Bernardete Gatti (2010), foi na década de 1930 que se iniciou a formação em nível superior por meio de cursos de bacharelado, seguidos de um ano adicional de disciplinas voltadas para a área da educação, visando a obtenção da licenciatura. Essa formação, conhecida como 3+1, tinha como propósito preparar os docentes para atuarem no ensino secundário.

Posteriormente, como mencionado por Saviani (2009), entre os anos de 1932 e 1939, ocorreu uma nova fase no cenário educacional. Os institutos de educação passaram a ser estabelecidos, proporcionando não apenas o ensino, mas também a oportunidade de pesquisa no campo educacional.

Esses avanços na formação docente representaram uma mudança significativa no modo de conceber a educação e sua relevância como elemento de pesquisa e investigação. A abertura de espaços para o aprimoramento do conhecimento pedagógico e a valorização do campo educacional como objeto de estudo contribuíram para o desenvolvimento da educação como um todo. Essa evolução permitiu que os docentes adquirissem uma base mais sólida para atuar de forma mais qualificada e comprometida com o processo de ensino-aprendizagem, influenciando positivamente o ensino secundário e demais níveis de educação.

O processo de formação continuada também ganha destaque, sendo um elemento crucial para que os educadores possam se atualizar, aprimorar suas práticas

pedagógicas e estar em sintonia com as transformações sociais e educacionais em curso. A valorização da educação como um campo de pesquisa e a busca constante pelo aperfeiçoamento profissional são fatores essenciais para promover uma educação de qualidade e que atenda às demandas de uma sociedade em constante evolução.

Nos primórdios da implantação dos primeiros institutos no Distrito Federal e em São Paulo, a influência da Escola Nova foi marcante. Esse novo modelo de curso rompeu com a concepção das Escolas Normais e deu origem à ideia de uma Escola de Professores. Nessa abordagem, o currículo passou a incluir desde o primeiro ano disciplinas de cunho pedagógico, especificamente voltadas para a prática docente, tais como: 1) biologia educacional, 2) sociologia educacional, 3) psicologia educacional, 4) história da educação e 5) introdução ao ensino. Esta última abarcava três aspectos essenciais: a) princípios e técnicas de ensino; b) matérias de ensino, abrangendo cálculo, leitura e linguagem, literatura infantil, estudos sociais e ciências naturais; c) prática de ensino, realizada por meio de observação, experimentação e participação, para respaldar a dimensão prática do processo formativo (SAVIANI, 2009, p.146).

Esse cenário original dos cursos de pedagogia destoava do propósito inicial de formar exclusivamente professores de crianças, como os alfabetizadores, uma vez que se direcionava a cursos de licenciatura que abordavam disciplinas específicas, como Letras, Ciências, Filosofia, entre outras. De acordo com Vicentini e Lugli (2009), esses cursos de pedagogia, em nível de bacharelado, predominantemente formavam técnicos em educação.

Bernardete Gatti (2010) reforça que esse modelo conhecido como 3+1 (bacharelado complementado com mais um ano de disciplinas na área da educação/licenciatura) também habilitava os graduados a lecionarem disciplinas no ensino secundário, atualmente denominado ensino médio. A autora destaca que, em 1986, o Conselho Federal de Educação aprovou o Parecer n. 161, propondo a reformulação do curso de Pedagogia, permitindo que esses cursos oferecessem também formação para a docência do 1º ao 4º ano do ensino fundamental. Essas mudanças refletiram a busca contínua por aprimorar a formação docente e adaptá-la às demandas e necessidades do contexto educacional em constante evolução.

Além disso, Gatti (2010) aponta que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, trouxe mudanças significativas em relação à formação docente. Essa legislação definiu prazos para a transição

do nível de formação dos professores, estabelecendo um decênio da educação, ou seja, um período de dez anos, para que os docentes adquirissem formação em nível superior.

Através de uma Medida Provisória no ano de 2016, foram realizadas mudanças significativas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essas alterações trouxeram impactos profundos no cenário educacional, abrangendo diversos aspectos da educação básica.

As alterações na estrutura, currículo e política docente para a educação básica, implementadas pela MP nº 746/2016, foram alvo de diversas manifestações de inquietações e desgostos por parte de representantes de movimentos sociais, da academia, organizações políticas e do setor da educação pública (FERRETTI; SILVA, 2017). Essas mudanças ocorreram em um contexto político tumultuado e confuso, relacionado ao controverso processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff, ocorrido apenas 22 dias após a posse definitiva de Michel Temer (FERRETTI; SILVA, 2017). As alterações introduziram importantes modificações na Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional desde 1996.

As alterações promovidas pela Medida Provisória (MP) nº 746/2016 incluíram uma nova categoria de profissionais aptos a atuar como docentes na educação básica: aqueles que obtivessem o reconhecimento de notório saber, com a aprovação dos respectivos sistemas de ensino, para lecionar conteúdos de áreas afins à formação dos candidatos a esse título. Em 8 de fevereiro de 2017, o Projeto de Lei de Conversão (PLV 34/2016) foi aprovado pelo Senado, consolidando, em essência, as mudanças propostas pela MP 746/16. Com a sua publicação no Diário Oficial da União, em 16 de fevereiro do mesmo ano, o PLV se converteu na Lei nº 13.415/2017.

Anteriormente, o uso do notório saber não estava previsto na legislação educacional brasileira relacionada à educação básica, mas sim na parte referente ao magistério superior, conforme estabelecido no parágrafo único do artigo 66 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Essa lei estabelece que a preparação para o exercício da docência no ensino superior deve ser realizada em nível de pós-graduação, preferencialmente em cursos de mestrado e doutorado. O mencionado parágrafo único introduz a possibilidade de reconhecimento do notório saber como forma de suprir a falta da titulação exigida em nível de pós-graduação, desde que essa distinção seja concedida por uma universidade que possua curso de doutorado na área afim à do candidato.

Diante do cenário educacional contemporâneo, caracterizado por uma complexidade significativa e diversos desafios a serem enfrentados, as mudanças na legislação geraram um aumento na insegurança educacional. A falta de clareza em alguns aspectos da regulamentação e a introdução do expediente do notório saber como forma de suprir a formação básica dos professores podem suscitar incertezas e questionamentos no campo da educação. É fundamental que sejam estabelecidos mecanismos claros e criteriosos para a avaliação do notório saber, garantindo que a formação dos docentes esteja em consonância com os princípios da educação de qualidade e da promoção da aprendizagem dos estudantes.

Diante dessa realidade, os cursos de formação continuada assumem um papel crucial na busca por soluções e na qualificação dos profissionais da educação. Esses cursos têm a finalidade de proporcionar aos docentes oportunidades de atualização e aprofundamento em suas áreas de atuação, abordando aspectos pedagógicos, didáticos, tecnológicos e socioemocionais, entre outros.

Por meio da formação continuada, os professores podem aprimorar suas práticas, adquirir novas estratégias de ensino e aprendizagem, desenvolver habilidades para lidar com a diversidade dos alunos e aperfeiçoar o uso de recursos tecnológicos e inovadores em suas aulas. Além disso, esses cursos são essenciais para promover reflexões críticas sobre os desafios enfrentados na sala de aula, considerando as particularidades e necessidades dos estudantes, bem como as questões sociais e culturais envolvidas no processo educacional.

A formação continuada também se mostra fundamental para reparar as lacunas deixadas pela formação básica dos professores, permitindo que eles atualizem seus conhecimentos e estejam preparados para lidar com as demandas contemporâneas da educação. É por meio desse investimento na qualificação dos educadores que podemos avançar em direção a uma educação de qualidade, mais inclusiva e capaz de enfrentar os desafios e percalços que o universo educacional nos apresenta. Portanto, valorizar e incentivar a participação dos professores em cursos de formação continuada é um caminho promissor para a melhoria da educação e para o fortalecimento do papel do educador como agente transformador na vida dos alunos e na sociedade como um todo.

Na próxima seção, abordaremos a metodologia empregada nesta pesquisa. Explicaremos o processo de desenvolvimento do produto educacional, as etapas de elaboração dos módulos, e-books e sequências didáticas, bem como as estratégias

utilizadas para capacitar os docentes e promover o debate sobre diversidade e relações étnico-raciais na EPT.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, que se mostrou apropriada para explorar a complexidade e profundidade da temática da diversidade e das relações étnico-raciais na Educação Profissional e Tecnológica. A metodologia qualitativa permite uma compreensão mais profunda dos fenômenos sociais e educacionais, buscando capturar as perspectivas, experiências e significados atribuídos pelos participantes.

A coleta primária de dados foi realizada por meio de questionários direcionados exclusivamente aos docentes do IFMS. Essa estratégia de coleta de dados possibilitou o acesso às percepções e vivências desses profissionais, considerados atores-chave na formação dos estudantes da EPT. O questionário foi elaborado de forma a abordar aspectos relevantes relacionados à diversidade étnico-racial, inclusão, equidade e políticas educacionais, permitindo uma análise abrangente e contextualizada dos temas em questão.

Para a análise dos dados, adotou-se a proposta de Bardin (2011) como referencial metodológico. Essa abordagem envolveu etapas sequenciais de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Inicialmente, o questionário foi organizado para identificar unidades de sentido e temas emergentes. Em seguida, por meio de leituras repetidas dos dados, procedeu-se à codificação e categorização dos conteúdos, buscando identificar padrões e conceitos relevantes sobre diversidade e relações étnico-raciais no IFMS.

O referencial teórico adotado, que engloba estudos sobre diversidade, relações étnico-raciais e educação profissional e tecnológica, forneceu a base conceitual para a interpretação dos resultados obtidos. A triangulação de dados, comparando os achados desta pesquisa com teorias e estudos já existentes, fortaleceu a validade e a robustez das conclusões.

Na próxima seção, apresentaremos o produto educacional desenvolvido como resposta aos desafios enfrentados pelos docentes no contexto da diversidade étnico-racial na Educação Profissional e Tecnológica.

PRODUTO EDUCACIONAL - CURSO LIVRE

O Produto Educacional (PE) intitulado “Diversidade e Relações Étnico-Raciais na EPT” é um curso de formação continuada projetado para promover um debate aberto e esclarecedor sobre essa temática no ambiente educacional. O curso tem como objetivo capacitar os docentes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para compreender e abordar de maneira consciente e inclusiva as questões relacionadas à diversidade étnico-racial em suas práticas pedagógicas.

Oferecido pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) na modalidade a distância, o curso busca fornecer uma formação contínua aos professores e gestores da rede de educação básica brasileira. A iniciativa atende às exigências das Leis N. 11.645/2008, Lei N. 10.639/2003 e Lei N. 9.394/1996, que determinam a inclusão obrigatória da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nos currículos escolares. Esse contexto atual realça a relevância desse tema, ressaltando a necessidade de superar as desigualdades raciais e valorizar a diversidade cultural brasileira.

A formação contínua será realizada por meio da plataforma Moodle do IFMS, possibilitando que os participantes estudem de forma autônoma, no conforto de suas casas ou escolas. Essa modalidade de ensino oferece flexibilidade, permitindo maior interação entre professores de diferentes regiões do país para discutir os temas abordados. Utilizando a metodologia de análise qualitativa de Bardin, a pesquisa sobre a diversidade e relações étnico-raciais na EPT servirá de subsídio para aprimorar as políticas e práticas educacionais, promovendo uma educação mais inclusiva e sensível às questões étnico-raciais.

O público-alvo do curso inclui docentes, gestores, acadêmicos e demais membros do sistema educacional, com o objetivo de capacitá-los a integrar a história e cultura afro-brasileira e indígena nos programas de formação da educação, promovendo a construção de uma educação mais plural e respeitosa. O curso também busca promover a inclusão digital dos participantes, facilitando o acesso ao conhecimento e às informações pertinentes ao tema, seguindo os princípios fundamentais de gratuidade e igualdade de condições de acesso ao ensino estabelecidos pelas instituições públicas envolvidas no processo educacional.

Como um importante passo para combater as desigualdades raciais e valorizar a riqueza cultural brasileira, o Curso de Diversidade e Relações Étnico-Raciais na EPT, oferecido pelo IFMS, tem o objetivo de contribuir para a construção de uma

sociedade mais inclusiva e igualitária, onde a diversidade é verdadeiramente reconhecida e valorizada.

Durante o desenvolvimento do PE, o pesquisador identificou a necessidade de criar dois subprodutos educacionais complementares ao curso principal:

- E-books: Foram desenvolvidos quatro e-books, sendo um para cada módulo do curso. Esses e-books contêm textos relativos às aulas ministradas em cada etapa da formação continuada. Os e-books são recursos complementares que aprofundam os conteúdos apresentados em cada módulo, fornecendo informações adicionais, exemplos práticos, estudos de caso, dados estatísticos relevantes e referências bibliográficas. Cada e-book é uma ferramenta que auxilia os participantes a expandirem seus conhecimentos sobre a temática da diversidade e das relações étnico-raciais.
- Sequências Didáticas: Foram elaboradas quatro sequências didáticas, uma para cada módulo do curso. Essas sequências didáticas servem como guia para os professores aplicarem em suas salas de aula, com o objetivo de abordar a temática da diversidade étnico-racial de forma prática e significativa.

Os e-books e as sequências didáticas foram desenvolvidos com o intuito de enriquecer a experiência de formação dos docentes, proporcionando recursos adicionais para aprofundar o conhecimento teórico e prático sobre o tema, bem como orientações práticas para a aplicação dos conceitos abordados em sala de aula.

Com o curso de formação continuada e seus subprodutos educacionais (e-books e sequências didáticas), busca-se fortalecer o debate sobre a diversidade e as relações étnico-raciais no contexto da EPT, promovendo uma educação mais inclusiva, sensível e respeitosa com a pluralidade cultural brasileira. A proposta é empoderar os docentes para que possam atuar como agentes multiplicadores da valorização da diversidade étnico-racial, impactando positivamente a formação de seus estudantes e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao final do curso, espera-se que os professores tenham adquirido uma compreensão sólida e aprofundada sobre a temática de diversidade e relações étnico-raciais na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Além disso, o curso visa capacitá-los a aplicar de forma prática e efetiva os conceitos abordados em suas aulas de Informática na EPT. O objetivo é que os docentes se tornem verdadeiros agentes multiplicadores, promovendo uma educação mais inclusiva, respeitosa e sensível às questões étnico-raciais.

Com o conhecimento adquirido, os professores estarão aptos a incorporar abordagens pedagógicas que valorizem a diversidade cultural brasileira e que levem em consideração a pluralidade de origens étnico-raciais presentes em suas turmas. Eles poderão desenvolver materiais didáticos e atividades que abordem a história e cultura afro-brasileira e indígena de maneira significativa, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, os docentes estarão preparados para criar um ambiente de aprendizagem acolhedor e inclusivo, onde todos os estudantes se sintam representados e respeitados. Eles poderão lidar de forma assertiva com situações de preconceito e discriminação, buscando conscientizar os alunos sobre a importância da valorização da diversidade étnico-racial.

A formação obtida por meio do curso possibilitará que os professores desenvolvam uma visão crítica e reflexiva sobre as políticas educacionais relacionadas à diversidade étnico-racial.

Eles serão capazes de atuar como agentes transformadores, buscando aprimorar e enriquecer as práticas educacionais no contexto da EPT.

Assim, a expectativa é que, ao longo do curso e após sua conclusão, os docentes se sintam empoderados para fomentar mudanças significativas na educação, contribuindo para uma formação mais abrangente e consciente dos estudantes na EPT. O impacto positivo dessa formação continuada se refletirá no desenvolvimento integral dos alunos, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária e no fortalecimento da identidade e cultura brasileira. Com os professores como protagonistas dessa transformação, a EPT estará no caminho para se tornar um ambiente de aprendizado mais inclusivo, plural e sensível às questões étnico-raciais, preparando os estudantes para enfrentarem os desafios de uma sociedade diversa e promovendo o respeito à dignidade e aos direitos de todos.

CONCLUSÃO

A formação continuada desempenha um papel crucial na luta contra o preconceito em instituições, sejam elas educacionais ou de outras naturezas. O preconceito é alimentado por estereótipos e generalizações injustas sobre determinados grupos sociais, o que pode prejudicar a inclusão, o respeito e a valorização da diversidade no ambiente institucional. Ao promover a formação contínua, as instituições têm a oportunidade de sensibilizar seus membros sobre a importância da igualdade e do respeito à diversidade.

Através de cursos, workshops e palestras, os profissionais são capacitados a reconhecer e desconstruir seus próprios preconceitos, desenvolvendo uma postura mais aberta e empática diante das diferenças culturais, étnicas, raciais e de gênero, entre outras. A formação continuada também oferece a chance de atualizar e adquirir conhecimentos sobre os conceitos de igualdade, diversidade e inclusão, bem como sobre a história e a cultura de grupos historicamente marginalizados.

Compreender a diversidade como um valor enriquecedor é essencial para promover ambientes mais acolhedores e livres de preconceito, contribuindo para a construção de uma cultura institucional mais justa e respeitosa. Além disso, a formação contínua permite que os profissionais desenvolvam estratégias e habilidades para lidar com situações de preconceito e discriminação no ambiente institucional. Eles são encorajados a criar espaços de diálogo, reflexão e debate sobre questões relacionadas à diversidade, promovendo a conscientização em toda a comunidade institucional.

No contexto educacional, a formação continuada é ainda mais relevante, pois os professores e educadores desempenham um papel essencial na formação de valores e atitudes dos estudantes. Estar bem-preparado e engajado em combater o preconceito permite que esses profissionais influenciem positivamente a próxima geração, incentivando a empatia, o respeito e a valorização das diferenças desde cedo.

A formação continuada é uma ferramenta poderosa para combater o preconceito nas instituições, promovendo ambientes mais inclusivos, justos e respeitosos. Investir nessa formação é essencial para promover a igualdade de oportunidades, valorizar a diversidade e construir uma sociedade mais aberta, tolerante e acolhedora para todos. Dessa forma, podemos caminhar rumo a uma sociedade mais inclusiva, onde cada indivíduo seja valorizado em sua singularidade, e onde o

respeito e a diversidade sejam pilares fundamentais para uma convivência harmoniosa e enriquecedora.

REFERÊNCIAS

ALVES, MARIA LEILA. **A POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO** - SEE/FDE. IN: COLLARES, CECÍLIA & MOYSÉS, MARIA APARECIDA (ORG.). CADERNOS CEDES: EDUCAÇÃO CONTINUADA Nº 36. CAMPINAS, PAPIRUS: CEDES, 1995.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 01, DE 15 DE MAIO DE 2006 – **DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE PEDAGOGIA** – LICENCIATURA. 146 DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, BRASÍLIA, 16 DE MAIO DE 2006, SEÇÃO 1, P. 11. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://ABMES.ORG.BR/LEGISLACOES/DETALHE/330>. ACESSO 23/07/2023

FERRETI, CELSO JOÃO; SILVA, **MONICA RIBEIRO DA. REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016: ESTADO, CURRÍCULO E DISPUTAS POR HEGEMONIA**. EDUC. SOC., V.38, Nº 139, CAMPINAS, ABR.-JUN. 2017.

GARCÍA, C. M. **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: NOVAS PERSPECTIVAS BASEADAS NA INVESTIGAÇÃO SOBRE O PENSAMENTO DO PROFESSOR**. IN: NÓVOA, ANTÔNIO (ORG.). OS PROFESSORES E A SUA FORMAÇÃO. PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE. LISBOA, 1992 - (COLEÇÃO TEMAS DE EDUCAÇÃO).

GATTI, BERNARDETE A. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS E PROBLEMAS**. REVISTA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. V. 31, N. 113, P.1355-1379, OUT./DEZ. CAMPINAS, 2010. DISPONÍVEL EM:< <HTTP://WWW.SCIELO.BR/PDF/ES/V31N113/16.PDF>>. ACESSO 23/07/2023

RODRIGUES, A; ESTEVES, M. **A ANÁLISE DE NECESSIDADES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**. - COLEÇÃO CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO; PORTO, PORTUGAL, 1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA SAEB**. BRASÍLIA, 2023. DISPONÍVEL EM: [SAEB – INSTITUTO NACIONAL](#)

DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | INEP (WWW.GOV.BR). ACESSO EM 23 JUL. 2023

NÓVOA, ANTÓNIO. O PASSADO E O PRESENTE DOS PROFESSORES. P. 13-34. IN: NÓVOA, ANTÓNIO. **PROFISSÃO PROFESSOR**. 2 ED. PORTO: PORTO EDITORA, 1999.

SAVIANI, D. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS DO PROBLEMA NO CONTEXTO BRASILEIRO. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO**. V. 14 N. 40. JAN./ABR. 2009. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.SCIELO.BR/PDF/RBEDU/V14N40/V14N40A12.PDF](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf). ACESSADO EM: 23/07/2023.